

Interdependência complexa e mestiçagem

Paulo-Edgar Resende*

Resumo

A hipótese aqui levantada é a de interdependência complexa e mestiçagem como problematização das categorias de identidade nacional, cultura nacional, e representações afins de multiculturalismo e tolerância, as quais guardam entre si afinidade com a concepção de soberania estatal. É criticada a tendência da historiografia de tentar trabalhar, de modo desacoplado, a afirmação de soberania nacional – consolidação de processo decisório interno – e o expansionismo capitalista além-fronteira. O processo de *building state/building society* da modernidade flui na direção contrária à consolidação da soberania. A produção de bens para mercado se valeu da configuração estatal, ao mesmo tempo, reprogramou-a, à busca de correspondência temporal e espacial com investimentos e comércio.

Abstract

The hypothesis raised in this paper is of the complex interdependence and mixing (or miscegenation) as inquire of categories of national identity, national culture, and related representations of multiculturalism and tolerance, which present affinities among them to the conception of state sovereignty. We criticize the tendency of historiography that tries to separate the affirmation of national sovereignty with the capitalist expansionism beyond borders. The modern process of building state/building society goes in the opposite direction of sovereign consolidation. The production of goods for marketing was benefited by the state configuration, at the same time that was *pari passu* reoriented towards the temporal and spatial correspondence of investments and commerce.

Na perspectiva de captar o que as categorias de identidade, cultura e representações, tema dessa sessão, designam, no âmbito das sociedades capitalistas, seleciono como dados cruciais a emergência dos estados nacionais na modernidade, os fóruns internacionais, visando a compor o primeiro esboço da ordem internacional.

* Professor Pós-Graduação Ciências Sociais e coordenador Núcleo de Análise de Conjuntura Internacional – PUC-SP; titular do Grupo de Análise de Conjuntura Internacional - USP e Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais - SP.

A hipótese aqui levantada é a de *identidade nacional, cultura nacional*, e representações afins de *multiculturalismo* e *tolerância* guardarem entre si afinidade com determinada concepção de Estado e de Sociedade. Há uma tendência da historiografia de tentar trabalhar, de modo desacoplado, a afirmação de *soberania nacional* – consolidação de processo decisório interno – e o *expansionismo capitalista* além-fronteiras. Faço os seguintes encaminhamentos para discutirmos:

1. A convicção básica é a de que a mercadoria nasce sedenta de espaço. Rompe com as muralhas feudais, configurando espaço ampliado para a circulação do capital. Caberá aos estados nacionais a gestão sanção dos novos fluxos de sociabilidade, cujos governantes se legitimam com a condição de realizarem a definição do *homem artificial* hobbesiano, na perspectiva contratualista dos liberais. Os *tratados de Westfália* apontaram para a exigência de *soberanias nacionais*, como forma de colocar fim à *Guerra dos 30 anos*. O Império universal cristão cede vez à mais ou menos secular *Raison d'État*, base sobre a qual se erigiram, mundo afora, os impérios coloniais. Esse primeiro grande fórum internacional da modernidade merece leitura alternativa. A saída dos feudos para a emergência dos estados nacionais chegara a um primeiro grande impasse, cuja solução provisória seria o apelo à *tolerância*, como predicação de uma ordem internacional emergente, a merecer, no século seguinte, um primeiro retoque, com os acordos de *Utrecht*. *Westfália* e *Utrecht* constituíram-se em peças fundamentais do Direito Internacional Público nascente, para o qual foi significativa a contribuição de *Francisco de Vitória*, e *Francisco Suarez*, emulados em refletir a forma como eram tratados barbaramente os índios das Américas pelos colonizadores.

Desvelou-se em tal complexa conjuntura do mundo moderno a natureza distinta das fronteiras nacionais com relação às muralhas feudais. A nova cartografia foi traçada não na perspectiva autarcizante de vedação de relações transfronteiriças. John Locke já o anotara, ao pressupor o *poder federativo*, a vista da assinatura de tratados entre

sociedades, cuja titularidade se distinguiria da titularidade do poder executivo.

Mal se formaram os novos estados nacionais europeus, eles se desdobraram na incorporação de territórios mundo afora, sob o estatuto de colônias. Alargaram-se as fronteiras do mundo conhecido, na ótica euro-metropolitana. No século XIX, o Congresso de Viena foi além da *Raison d'État*. O *Concerto Europeu* movido pela *Raison du système*, impôs, de modo unilateral, a montagem de uma sociedade internacional européia, a partir da derrota de Napoleão.

Vale dizer, as fronteiras nacionais, no momento mesmo em que se demarcaram, desvelaram sua porosidade crescente, pelas quais extravasaram interesses das metrópoles. Pôde ser dito no século XIX que, para o Império Britânico, erigido em fábrica do mundo, o sol não se punha.

A fabricação dos patriotas

O Estado Nacional tornou-se possível, na medida em que corroborou a formação de comunidade idealizada, termo este proposto por Anderson (1983). Romperam-se pertencas locais, reduziram-se ou eliminaram-se lealdades e divisões, que pudessem obstar a unidade nacional. É neste sentido que os patriotas não nascem, tornam-se. Têm de ser moldados, formados (Shaffer, 1995: 119). A ideologia nacionalista interpela os membros da comunidade nacional para que se engajem no projeto de engenharia social, cuja fabricação seria da competência do estado nacional. De modo metafórico, (Bauman 1994: 167) vê o Estado Nacional, desde o início, no papel de jardineiro coletivo, cuja atribuição seria a de cultivar sentimentos e habilidades. O nacionalismo é a religião da amizade, cuja igreja é o estado nacional, que compele o rebanho à submissão (Bauman, 1994: 166), à homogeneidade. Cabe ao estado produzir identidade nacional, segurança nacional, promover o interesse nacional, a uniformidade do Grande Todo. E ao participar dos grandes espetáculos, o cidadão se julga interativo.

2. O processo de *building state/building society* da modernidade flui na direção contrária à consolidação da soberania. A produção de bens para mercado se valeu da configuração estatal, ao mesmo tempo, reprogramou-a *pari passu*, à busca de correspondência temporal e espacial com investimentos e comércio;

3. Brasil e América Latina estiveram inseridos no sinuoso trajeto da modernidade como colônias, e posteriormente sob o estatuto de estados-nacionais incompletos, de soberania frágil, e de desenvolvimento econômico sem controle interno (Resende, 2002).

Do trono ao bureau

A partir do século XVI, o *espelho do Príncipe* se converteu em *livro de Estado*. A contabilidade política das forças presentes na arena substituiu o catálogo moral das virtudes. Em Maquiavel, em Bodin a figura do Príncipe cedeu o espaço do *trono* para o *bureau*, de onde se administram território e população. A ordem, segundo Hobbes, deve refrear o que é natural, a terra de ninguém, onde habita o caos. Nessa tarefa de engenharia social, o Estado moderno, como super-instituição, sempre buscou anular a resistência de tudo que se configurasse como alternativa de sociabilidade. O que se busca, embora não se consiga completar, é a imersão do indivíduo na coletividade, no corpo anônimo da nação, na *âme commune*, no *Volksgeist*, como se expressaram os críticos da revolução francesa. Rousseau, hostil ao cosmopolitismo, ao exaltar as particularidades nacionais em suas *Considerações Sobre o Governo da Polônia* (1990) apresentou plano de educação cívica, que daria às almas a forma nacional, dirigiria as opiniões, os gostos, fazendo com que o educando fosse patriota por inclinação, por paixão, por necessidade. A criança, ao abrir os olhos pela primeira vez, deveria contemplar a pátria, e até a sua morte não deveria avistar outra coisa. Junto ao leite da mãe, a criança deveria sugar o amor à pátria. Aos vinte anos de idade, o polonês não deveria ser pessoa de outro tipo: deveria ser simplesmente polonês, formado por professores poloneses casados, e todo cidadão deveria ser soldado por dever, não por

profissão. Antes de reformar as instituições, seria necessário estabelecer a república no coração dos poloneses. Antes de libertar os servos, seria necessário torná-los dignos da liberdade. No seu plano de educação cívica, destaque para espetáculos, cerimônias, uniformes, decorações das grandes festas.

Fichte (1981), a quem se atribui a incômoda posição de primeiro doutrinário do nacionalismo alemão, ancestral do pangermanismo, nos *Discursos à Nação Alemã*, conclamou a Prússia derrotada pelo exército de Napoleão a ressurgir pela *nova educação*. Mesclou seu nacionalismo metafísico, místico e romântico com o nacionalismo pedagógico: Perdemos tudo, disse, mas nos resta a educação, a qual deve modelar o povo alemão. Se queres influenciá-lo, deves fazer mais do que simplesmente falar-lhe, deves modelá-lo.

Dentro destas concepções paradigmáticas, o Estado é chamado a organizar a sociedade. O Estado é a Sociedade organizada dentro de parâmetros identitários, culturais bem demarcados. Esvazia-se a faculdade de o cidadão acionar matéria definida como sendo de foro público: as iniciativas visando ao estabelecimento da ordem passam a ser de competência direta dos governantes e não do cidadão.

O irreversível esgarçamento das fronteiras nacionais

O que desde o início era poroso, por exigência de uma ponta, a da economia do capital sem pátria; na outra, no âmbito da política, a busca de uma vigorosa segurança nacional. O esgarçamento é o resultado de um tal embate. O estado, desde seu desenho inicial, esteve sujeito ao cronograma do capital, que o colocou em desacerto com o revigoramento da soberania. O século XX foi o servo da verdade de que o capital de fato não tem pátria, embora possa nela referenciar-se. Tendencialmente, os lugares, as regiões se recriam na articulação do mundial.

A categoria de nação não consegue dar cabalmente conta do contexto atual de desterritorializações de fluxos, que dinamizam não apenas circuitos econômicos, mas também novos circuitos sociais,

culturais e políticos. Claro que ainda conta o delineamento de heranças nacionais na descrição figurativa do mundo atual. Sem dúvida, a dureza do traço nacional persiste. Mas, na nova cartografia, são obrigatórias as linhas flexíveis da internacionalização, a indicar a formação de blocos regionais. A coleira eletrônica nos livra dos confinamentos das sociedades disciplinares, de que nos fala Foucault (1977). O cartão magnético transnacional predomina sobre o registro Geral e nos coloca no macrossistema. Estamos, imperceptivelmente, mas eficazmente, cerceados por sofisticadíssimos dispositivos planetários de controle.

No nível econômico, vivenciamos a transição do capitalismo concorrencial, hierarquizado nas territorialidades nacionais, para o capitalismo mundial integrado, à base de interdependência crescente, comandada por novos atores. A globalização da produção articula as cadeias produtivas nos continentes. As decisões de investimento das grandes corporações forçam economias nacionais e governos a assumirem a lógica do mercado mundial.

Socialmente, a globalização da economia fragiliza o controle social da atividade produtiva. A automação e a robotização alteram as relações de trabalho e geram tensões. A migração de grandes contingentes populacionais coloca o grave problema dos assentamentos humanos, sujeitos à discriminação, à miséria, ao tráfico de drogas, ao crime nas megacidades.

As infovias revolucionam a comunicação e abrem pistas, simultaneamente, para a liberdade de informação e de opinião. A tentativa multicultural se mostra tímida, por tentar retomar, nos moldes da tolerância, a diversidade de modo estático. Valores, visões de mundo se cotejam à base de vizinhança sem proximidade, sem mutuamente influenciar-se, mesclar-se.

A tecnologia da informação ao sobrepor vias alternativas à comunicação, amplia e intensifica a circulação dos fluxos de comunicações por outras pavimentações, pelas quais transitam não apenas produtos, povos, línguas, percepções de mundo. No mundo do

direito, a emergência do direito transnacional sobredetermina os antigos códigos nacionais.

Gestão-sanção de interesses inter e transnacionalizados

Politicamente, a crise das soberanias, suscitada pela capacidade de agentes globais de controle sobre as agendas nacionais, força a redefinição do papel do Estado contemporâneo. As esferas de governo têm a ver com interesses transnacionalizados. Se a era do estado nacional soberano foi drasticamente reformulada, se admitimos que não há vazio de poder, o que foi colocado no seu lugar? Para Smith (1994: 187) estamos diante de nova modalidade de imperialismo. São imperialismos não nacionais, apoiados em infra-estrutura tecnológica cosmopolita, miscelânea de componentes distintos, extraídos de várias partes. É o *império sem Roma*, de que nos falamos Hardt e Negri (2001), como a fazer a correção marxista do leninismo.

A regionalização, com a formação de blocos, é o movimento que redefine fronteiras, não obstante termos de admitir que há defasagem entre a tentativa de integração econômica e a política na direção da federação. O projeto da *União Européia* ganha força, embora seja ainda condomínio da Europa de múltiplas nacionalidades e estaticidades. Delineia-se, aí, com precaução, a elástica confederação, sem constituição, cuja pretensão federalista de teóricos é rechaçada drasticamente pelos eurocéticos. De qualquer forma, não se pode mais falar da *Europe des Patries*, como a ela se referia o general *Charles de Gaulle*, orgulhosamente.

A *Conferência das Nações Unidas sobre comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)* foi criada na década de 1960, na condição de contraponto ao *FMI* e ao *Banco Mundial*, nascidos de *Bretton Woods* em 1944 e ao *General Agreement on Trade and Tariffs (GATT)* em 1947. Seu ideário de nova ordem internacional supõe a disciplinação e correção das relações econômicas assimétricas entre países mais desenvolvidos e menos desenvolvidos, vários deles emergentes dos movimentos de independência na Ásia e na África. Todavia a UNCTAD

está longe de realizar sua definição de fórum da nova ordem econômica mundial. Ela está limitada em suas ações por agentes de peso, que a consideram sindicato de subdesenvolvidos, e a torpedeiam de formas diversas, aberta ou veladamente, o que não infirma o que foi convicção clássica do marxismo original, de que, tendencialmente, o modo de produção capitalista é chamado a ser não apenas dominante, mas exclusivo.

Da conformação arbórea ao fluxo rizomático

Reempregando a metáfora da árvore, formulada por Deleuze e Guattari (1995: 11-37) e Guattari (1987: 218), o centripetismo imposto pelo tronco metropolitano – cujas raízes se firmam em um único lugar, ao qual se ligam os múltiplos galhos coloniais ou de dependência – a obsolescência crescente de tal figuração nos parece evidente. A clivagem Norte-Sul não mais tem os vigorosos traços na cartografia contemporânea. Completando o par de metáforas de Deleuze & Guattari (1995), a ramificação multidimensional do rizoma, por definição centrífugo, estetiza, de modo revelador, contradições no atual contexto mundial, o melhor e o pior. No lugar do eixo Norte-Sul, podemos falar de nichos desenvolvidos e nichos subdesenvolvidos ao Norte e ao Sul, no interior de cada país. Em tal contexto, Guattari (1987: 218) desqualifica a perspectiva de luta revolucionária circunscrita a espaços nacionais. Os projetos de transformação social serão condenados à impotência enquanto não se inserirem em uma estratégia subversiva em escala planetária, tão desterritorializada quanto o do capitalismo mundial integrado Guattari (1987) vê qualificarem-se, de modo crescente, as lutas relativas às liberdades, com questionamento da vida cotidiana. Esta revolução molecular é portadora de coeficientes de liberdade inassimiláveis, irrecuperáveis pelo sistema dominante... cujo resultado depende essencialmente da capacidade dos agenciamentos, explicitamente revolucionários, em encontrar sua articulação com as lutas de interesse, políticas e sociais (1987: 220-1). Nas linhas de fuga da transnacionalização, o protagonismo de OGs nacionais convive com

as ONGs transnacionais, com novos movimentos sociais de minorias, com migrações clandestinas, com *world music*, rádios livres, contrabando, narcotráfico. Nas fissuras do espaço aberto, brotam cidadanias minoritárias, não engolfadas no anonimato de massa, sem pretensão de ser maioria. Postula-se o direito fundamental à diferença, à autonomia. A pluralidade de lugares está ao alcance dos sentidos no mundo encurtado, o qual se palmilha na esteira rolante do vídeo. A questão de fundo, ao se empiricizar o global, não o universal, é saber de que forma se torna possível a articulação da multiplicidade de povos, em contínua revisão de sua territorialidade, uma vez subvertidas as identidades nacionais, as culturas nacionais.

Ao se ampliar o conceito de política ao conjunto das dimensões micropolíticas dos diversos modos de viver, sentir, falar, projetar o futuro, e memorizar a história, divisamos linhas de fuga traçadas pelos variados e imprevisíveis movimentos de minorias, em organizações multiformes, que se fazem, e refazem constantemente. Por não se restringirem a transmissões programáticas, ou de idéias, mas sobretudo de sensibilidade e experimentação, não carecem do centralismo democrático de partidos ou de movimentos sociais de corte tradicional (Guattari; Rolnik, 1986: 124). As comunicações em fluxo abrem o horizonte de interação intensa entre homens e mulheres de variadas procedências, embora ainda de acesso minoritário, por fora de estáticas identitárias e culturais.

Arruinadas as muralhas feudais, reduzidas as fronteiras dos Estados Nacionais, a riscos de giz na cartografia dos grandes investidores, a reversão democrática passa hoje pelo alargamento do espaço da cidadania, ela convivendo mal com fronteiras preestabelecidas, com códigos nacionais, com a simples convivência, à base da vulnerável tolerância.

Interdependência complexa e mestiçagens

Na agenda para o século XXI, há indícios de viabilidade alternativa da ordem transnacional, da interdependência complexa de

estados, sociedades e sobretudo de *mestiçagens* de mundos distintos, que rompem com conformações identitárias, essa cobrança de fidelidade ao que se foi ontem, em que pese o fluxo do passado ter em seu curso desdobramento não linear hoje, em novo percurso.

O postulado de Proudhon, *federalismo ou barbárie*, é atual. A relação horizontal de solidariedade entre povos, se não ocorre em nível da macro-economia capitalista, da macro-política dos estados nacionais, há novos modos de viver, sentir, falar, cujas linhas de fuga na cartografia contemporânea são bem mais visíveis do que há bem pouco tempo atrás. Por aí, esses fluxos de insurgências infirmam o emprego das categorias de *soberania nacional*, *identidade nacional*, *sistemas/mundo arborizado*, *multiculturalismo* à base de *tolerância*. De modo sinuoso, as fronteiras nacionais, as definições identitárias se encontram desestabilizadas de modo crescente pelo não equilíbrio de estruturas dissipativas (Prigogine; Stengers: 1991), à base de *flutuações-bifurcações*, com imprevisíveis desdobramentos: mestiçagem de representações, de práticas, de gostos. À pavimentação de estados-nações, de que fala Oliver Dollfus (1993), sobrepõem-se pavimentações que desdenham fronteiras culturais e identitárias. Mensagens e representações circulam pela mega-rede, sujeitas a múltiplas traduções, interpretações, assimilações (Resende, 2001: 164). Os meios de comunicação nos mundializam de várias formas; somos mantidos *a par de*, colocam-nos *dentro de*, em *relação com*, *disciplinados ou controlados por*, mas também *livres de*, com amplas possibilidades de experiências (*between e among*) entre os mais variados protagonistas.

Bibliografia

ANDERSON, B. (1983). *Imaginary communities*. London, Verso.

BAUMAN, Z. (1994). Modernidade e Ambivalência. In: FEATHERSTONE, M. (org.). *Cultura Global. Nacionalismo, Globalização e Modernidade*. Petrópolis, Vozes.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. (1995). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio Janeiro, Editora 34. v.1.

DOLLFUS, O. (1993). Geolítica do sistema-mundo. In SANTOS, M. *et al.* *O novo mapa do mundo: fim de século e globalização*. São Paulo, Hucitec.

FICHTE, J. G. (1981). *Discours a la Nation Allemande*. Paris, Ed. Aubier Montaigne.

FOUCAULT, M. (1977). *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Vozes.

GUATTARI, F. (1987). *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo, Brasiliense.

HARDT, M. e NEGRI, A. (2001). *Império*. Rio de Janeiro, São Paulo, Ed. Record.

PRIGOGINE, I. e STENGERS, I. (1991). *A Nova Aliança*. Brás, UNB.

RESENDE, P. E. A. (2001). Comunicação e mestiçagem. In: DOWBOR, L.; IANNI, O; e RESENDE, P. E. A. (org.). *Desafios da Comunicação*. Petrópolis, Vozes.

RESENDE, P. E. A. (2002). Trajetórias do Discurso Latino-Americano. In: São Paulo em Perspectiva. São Paulo, *Revista Fundação SEADE*, vol. 16/ n. 2, pp. 3-11.

ROUSSEAU, J. J. (1990). *Sur l'économie politique – Considérations sur le gouvernement de Pologne*. Projet pour la Corse. Paris, Flammarion.

SHAFFER, B.C. (1995). *Nationalism, myth and reality*. London, Gollancz.

SMITH, A.D. (1994). Para uma cultura global. In: FEATHERSTONE, M. (org.). *Cultura global, nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis, Vozes.